

CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE KANT

[KNOWLEDGE AND EDUCATION IN KANT'S WORK]

*Reginaldo Aliçandro Bordin**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Maringá, Brasil

*José Aparecido Pereira***

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus Maringá, Brasil

RESUMO: O objetivo fundamental deste artigo consiste em fazer uma abordagem sobre dois temas essenciais da filosofia kantiana: a educação e o conhecimento. Embora tenham sido discutidos e refletidos em obras diferentes é possível estabelecer uma relação de interface entre ambos, principalmente nos livros *Crítica da razão pura*, *Sobre a pedagogia* e no texto *Resposta à pergunta: que é esclarecimento?* No estudo do objetivo proposto, partiu-se de uma análise dos textos indicados, considerando que a construção das ideias tem sua relação com as condições históricas. Além da razão, Kant considerou a educação um requisito imprescindível para a formação de uma subjetividade livre e autônoma. Para que ela ocorra com eficiência é necessária a disciplina como instrumento pedagógico para formar indivíduos não somente civilizados, mas também esclarecidos. Esse projeto de formação para o ser humano também pressupõe o conhecimento, uma vez que, para o filósofo, a disciplina intelectual constitui um fator indispensável para o ato de conhecer. Assim, além das condições necessárias e estruturais para o sujeito ser agente cognoscente são necessários também os mecanismos que o desenvolvam. Em relação a isso, resulta o fato

ABSTRACT: The fundamental objective of this article is to make an approach on two essential themes of Kantian philosophy: education and knowledge. Although they have been discussed and reflected in different works, it is possible to establish an interface between them, especially in the books *Critique of Pure Reason*, *On Pedagogy* and in the Text *Answer to the question: what is enlightenment?* In the study of the proposed objective, we started with an analysis of the indicated texts, considering that the construction of ideas has its relation with historical conditions. Besides reason, Kant considered education a prerequisite for the formation of a free and autonomous subjectivity. In order for it to occur efficiently, discipline is needed as a pedagogical tool to form individuals who are not only civilized but also enlightened. This project of formation for the human being also presupposes knowledge, since, for the philosopher, intellectual discipline is an indispensable factor for the act of knowing. Thus, besides the necessary and structural conditions for the subject to be cognoscent agent, the mechanisms that develop it are also necessary. In this regard, the fact is that education is the essential condition in the civilizatory improvement of humanity.

* *Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professor de Ética na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR, Campus Maringá. Professor na pós-graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações da Unicesumar. Bolsista produtividade e pesquisador do ICETI. m@ilto: r.a.bordin@uol.com.br.* ** *Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Membro da COPESQ - Comissão de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR, Campus Maringá. Docente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Campus Maringá. Professor na pós-graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações da Unicesumar. Bolsista produtividade e pesquisador do ICETI. m@ilto: pzez@bol.com.br*

de que a educação constitui a condição essencial no aperfeiçoamento civilizatório da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Conhecimento; Razão; Autonomia

KEYWORDS: Education; Knowledge; Reason; Autonomy

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desse artigo consiste em fazer uma abordagem sobre a relação entre conhecimento e educação no pensamento pedagógico de Immanuel Kant (1724-1804). O filósofo, nascido em Königsberg, é reconhecido pelo fato de ter redefinido o pensamento filosófico, principalmente a respeito da ética e do conhecimento. Mas ele também discutiu o problema da educação em sua *Sobre a pedagogia*, influenciando gerações posteriores de educadores, a exemplo de Jean-Piaget. Nesse texto, ele define o escopo da pedagogia e os caminhos pelos quais, por meio da educação, é possível formar uma pessoa civilizada e dotada de conhecimento e disciplina.

Inserido no contexto do Iluminismo e reconhecido como um de seus mais importantes representantes, Kant entendeu que a razão humana deveria ser uma espécie de *luz*, isto é, um caminho que predisponha a contribuir para o indivíduo sair da ignorância e conquistar a sua autonomia. Por isso, ele entendeu que a autonomia – aquela condição de autogoverno que define o ser humano – precisaria de condições objetivas, possibilitadas pela educação. Nesse sentido, a educação foi entendida por ele a partir de dois aspectos principais: o primeiro é caracterizado pelo fato de ela construir um *gentil homem*, isto é, o conceito moderno de pessoa civilizada capaz de conviver na sociedade segundo padrões sofisticados de comportamentos. O segundo aspecto diz respeito ao fato de que sem a devida educação e dos conhecimentos que a acompanham, não seria possível o estabelecimento de uma sociedade organizada e civilizada. A ideia, portanto, foi a de estabelecer uma sociedade cosmopolita, fundada em princípios racionais e morais. Isso quer dizer que, para ele, uma sociedade feliz dependerá do progresso dos indivíduos, responsabilidade que caberá à educação cumprir. Caberá à ela *retirar* os aspectos tidos como animais do ser humano – condição possibilitada pela disciplina – para inserir valores de sociabilidade. Sendo assim, esses aspectos formam o arcabouço teórico no qual o objeto de reflexão desse artigo encontra-se inserido.

O referencial teórico norteador da nossa abordagem será a *Crítica da razão pura*, *Sobre a Pedagogia e Resposta à questão: o que é esclarecimento?* O artigo procura promover uma interface entre dois assuntos relevantes na filosofia de Kant: a educação e o conhecimento. Por isso, em primeiro lugar, o objetivo é fazer uma abordagem sobre os argumentos que fundamentam a posição do pensador no que diz respeito ao problema do conhecimento. Em seguida, o propósito é realizar uma exposição acerca dos elementos constitutivos da visão de Kant quanto à educação, demonstrando que, para o autor, a disciplina é um aspecto primordial no âmbito pedagógico.

ANÁLISE E DISCUSSÃO: O ILUMINISMO

Os séculos XVIII e XIX foram caracterizados por transformações sociais agudas que repercutiram também na educação, na pedagogia e no modo como homens e mulheres foram formados. O desenvolvimento da indústria, do comércio, da vida

urbana pautada por novas relações econômicas, não apenas influenciou – ou determinou – a maneira de organização do trabalho, da riqueza e das relações entre os indivíduos como também mudou a forma de se pensar a formação. Na época de Kant, o sistema capitalista em desenvolvimento requisitou uma educação disciplinada e voltada para o trabalho produtivo, o que não correspondia aos ideais kantianos de educação (Júnior, 2005, p.16). Para esse pensador, as referidas mudanças afetaram o homem em sua totalidade, levando-o a questionar: o que é a educação? Qual o papel da educação em uma sociedade em mudança?

Tais questionamentos ganham maiores significados quando consideramos que as modificações na materialidade, isto é, no modo como a vida humana é organizada e produzida, também criou condições para o desenvolvimento de novas ideias filosóficas. No setor da filosofia, sobretudo, a partir do início da modernidade (séculos XV e XVI) ocorreu o enfrentamento dos ideais medievais, gestadas na vida material e na mentalidade religiosa medieval, com base em pressupostos filosóficos ancorados na racionalidade e na defesa de uma liberdade cívica. Com efeito, Jean Delumeau (2017), no livro *A civilização do Renascimento*, destacou alguns aspectos de interesse para esse estudo: por exemplo o fato de no Renascimento ter desabrochado uma concepção nova de indivíduo que valorizava a individualidade e a liberdade, ao mesmo tempo em que desprezava as interdições eclesiais. Além disso, ter destacado um papel de primeira ordem à educação: tinham preocupações com a disciplina, com a regulamentação dos estudos e com a proteção moral dos jovens educandos. O humanismo, movimento antropológico e filosófico da modernidade, fez da instrução o principal meio da educação porque colocou no plano da moral aqueles aspectos caracterizadores dos indivíduos modernos enquanto formadora do *homem honesto*.

Assim, no desenrolar desse movimento, os séculos XVII e XVIII testemunharam o desenvolvimento de um tipo de filosofia denominado de *iluminismo*¹ ou, mais precisamente, *esclarecimento*, da qual Kant é um dos principais representantes alemães. Segundo esse pensador, o “esclarecimento significa a saída do homem de sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 2013, p. 63). Como é possível entender, Kant parece defender o pressuposto de que o uso público da racionalidade constitui uma saída para apontar soluções em uma época de profundas mudanças. Além do mais, acredita que a autonomia e a liberdade dos indivíduos estão pautadas pelo uso correto da racionalidade, por meio da qual seria possível enfrentar o que ele considerava ser obscurantismo. A razão, sob esse ponto de vista, enquanto instrumento do conhecimento, penetraria a realidade a ponto de desvelar todas as aparentes divergências, todos os acréscimos devidos à tradição e aos preconceitos. Assim considerado, haveria a possibilidade do pensamento em estabelecer a crítica a tudo quanto carecesse de comprovação fática, tornando-se, dessa maneira, o conhecimento, a chave de dominação da natureza (NODARI; SAUGO, 2011).

Kant, portanto, considerou a razão como instrumento do conhecimento e da autonomia. Segundo Abbagnano (2014) Kant definiu a razão como a faculdade que produz os conceitos por si, por conseguinte, pode ser chamada de faculdade dos princípios. Mas os conceitos que ela produz não têm base na experiência, são, apenas, de natureza teórica. De acordo com Kant (2014), no seu livro mais conhecido, *Crítica da Razão Pura*, editada em 1781, a razão é a faculdade que unifica as regras do entendimento mediante princípios. Nunca se dirige, portanto, à experiência, nem a nenhum objeto, mas tão somente ao próprio entendimento para conferir ao diverso dos conhecimentos dessa faculdade uma unidade *a priori*, graças a conceitos. Neste caso, o que Kant procurou postular foi um caminho seguro para o conhecimento,

dimensionando-o e também estabelecendo o uso lógico da razão. Nas linhas seguintes, o propósito é apresentar os elementos constitutivos da teoria do conhecimento de Kant.

O PROBLEMA DO CONHECIMENTO NA FILOSOFIA KANTIANA

A questão da subjetividade constitui uma categoria fundamental e permeia diversos temas do pensamento de Kant, sobretudo as questões epistemológicas e éticas. Segundo Kant (2013), a subjetividade possui uma estrutura que permite o sujeito configurar o objeto recebido pela sua percepção através de formas pelas quais o objeto é conhecido e representado: ela é independente e anterior a experiência, por isso, *a priori*. Nessa estrutura, encontram-se as faculdades que possibilitam não somente o conhecimento e os princípios que fundamentam a moralidade, mas também são elas que garantem ao sujeito um status hegemônico, tornando-se a principal referência para todas as discussões no contexto do pensamento desse filósofo. Assim, o sujeito kantiano é constituído pelas faculdades da sensibilidade, do entendimento, imaginação e da razão. Tanto a dimensão epistemológica (o conhecimento) quanto a dimensão ética dependem significativamente do modo como ocorre a relação entre elas. Vejamos, nas linhas seguintes, como o filósofo desenvolveu uma discussão sobre o conhecimento a partir dessas faculdades.

Em relação à sensibilidade, Kant faz alusão do seguinte modo: “a capacidade de receber representações (receptividade), graças à maneira como somos afetados pelos objectos, denomina-se sensibilidade. Por intermédio, pois, da sensibilidade são-nos dados objectos e só ela nos fornece intuições” (KANT, 1994, p. 61). Para Kant, essa faculdade tem a função de levar o sujeito a captar o objeto. Isso somente é possível graças às categorias fundamentais que ele chamou de espaço e de tempo. São elas as responsáveis por todas as percepções do mundo externo. Isso significa dizer que a manifestação do objeto sempre ocorre dentro de uma configuração espaço-temporal. Em outras palavras, tudo que se manifesta fora da subjetividade ocorre por meio do espaço e do tempo. Para o filósofo, “o espaço não é mais do que a forma de todos os fenómenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjectiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa” (KANT, 1994, p.67). Por sua vez, “o tempo não é mais do que a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e do nosso estado interior”(KANT, 1994, p.73). Assim, tanto o espaço quanto o tempo são propriedades do sujeito e não das coisas ou do objeto.

Já a unidade do conteúdo dado pela sensibilidade através do espaço e do tempo se encontra sob a responsabilidade de outra faculdade denominada por Kant de entendimento. Ele se refere a essa faculdade do seguinte modo: “o entendimento não é, pois, uma faculdade de intuição. Fora da intuição, não há outro modo de conhecer senão por conceitos. Assim, o conhecimento de todo entendimento, pelo menos do entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mas discursivo” (KANT, 1994, p. 102). Assim, há também no sujeito transcendental uma dimensão intelectual ou racional, cuja função primordial consiste em pensar o material ou conteúdo fornecido pela sensibilidade. Uma atividade fundamental do entendimento consiste em pensar um objeto capturado pelo espaço e o tempo. Mas, no que tange ao conhecimento, a atividade de pensamento do entendimento é possível por meio de categorias ou conceitos *a priori*. Em relação a isso, o filósofo afirma o seguinte: “Por conseguinte, as categorias não possuem nenhum outro uso para o conhecimento das coisas senão apenas na medida em que estas forem admitidas como objetos da experiência possível” KANT, 1994, p. 103). Nesse sentido, podemos afirmar que além

de pensar os objetos, a função do entendimento consiste em realizar um processo unitário (unir) através das categorias:

O entendimento não une em geral; une somente tal ou qual conceito a priori; por exemplo, para determinar a grandeza de uma linha, une o diverso do espaço segundo o conceito de quantidade; para determinar a intensidade do calor, une os dados da sensibilidade sob o conceito de qualidade; para captar a sucessão necessária dos fenômenos, utiliza o conceito de causalidade (BHEHIER, 1997, p. 198).

Entretanto, Kant adverte que pensamento e conhecimento são distintos: “Pensar um objeto e conhecer um objeto não é, portanto, a mesma coisa. O conhecimento requer dois elementos: primeiro o conceito pelo qual em geral um objeto é pensado (a categoria), e em segundo a intuição pela qual é dado” (KANT, 1999, p.128). A partir disso, Kant indica em que condição pode haver o conhecimento: “Ora, toda intuição possível a nós é sensível (Estética); portanto, o pensamento de um objeto em geral mediante um conceito puro do entendimento pode se tornar conhecimento em nós somente na medida em que tal conceito for referido a objetos dos sentidos” (KANT, 1994, p.128). Mas para Kant, embora a sensibilidade e o entendimento sejam condições fundamentais para a existência do conhecimento, ainda, sim, é necessária uma outra faculdade que possa promover uma síntese entre os dados das intuições sensíveis e as categorias puras do entendimento. O pensador designou à imaginação essa função.

Em primeiro lugar, Kant ressaltou que no processo de construção do conhecimento a síntese possui um papel elementar: “[...] é a síntese que coleta propriamente os elementos em conhecimentos e os reúne num certo conteúdo, sendo, portanto, o primeiro que devemos prestar atenção se quisermos julgar sobre a origem primeira de nosso conhecimento” (KANT, 1994, p. 109). “É graças a imaginação que é possível a síntese e, por consequência, o conhecimento enquanto tal: “[...] é simples efeito da imaginação, função cega embora imprescindível, da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência. Todavia, reportar essa síntese a conceitos é uma função que compete ao entendimento e pela qual ele nos proporciona pela primeira vez o conhecimento no sentido próprio da palavra” (KANT, 1994, p.109). Pode-se afirmar, portanto, que a produção do conhecimento pelo sujeito é resultado da operação de três faculdades, a saber, a sensibilidade, o entendimento e a imaginação. E a razão, cumpre algum papel nesse processo?

As reflexões de Kant sobre a razão encontram-se na terceira parte da *Crítica da razão pura* chamada por ele de *Dialética Transcendental*. O filósofo faz menção à razão da seguinte maneira: “[...] a denominação de conceito de razão, já previamente indica que este conceito não se deverá confinar nos limites da experiência, porque se refere a um conhecimento do qual todo conhecimento empírico é apenas uma parte [...]” (KANT, 1994, p. 307). Prossegue Kant: “Se o entendimento pode ser definido como a faculdade de unificar os fenômenos mediante regras, a razão é a faculdade de unificar as regras do entendimento mediante princípios. Nunca se dirige, portanto, imediatamente à experiência, nem a nenhum objeto, mas tão só ao entendimento, para conferir ao diverso dos conhecimentos desta faculdade uma...e a priori, graças a conceitos” (KANT, 1994, p. 300).

A partir dessa passagem, podemos afirmar que, assim como é função do entendimento realizar uma unidade frente a multiplicidade de intuições sensíveis, também é função da razão promover uma unidade suprema, mas não das intuições

sensíveis e sim dos conceitos do entendimento. Por isso, há uma propensão natural da razão em operar fora dos limites da experiência, criando ideias metafísicas e com a pretensão de conhecê-las. Todavia, Kant aponta um problema para essa pretensão: “[...] a que causa atribuir o desejo indomável de firmar o pé em qualquer parte para além dos limites da experiência? Pressente objectos que têm para ela um grande interesse. Entra no caminho da especulação pura para se aproximar deles, mas eles fogem à sua frente” (KANT, 1994, p. 633). Essa é uma das passagens nas quais Kant explicita a impossibilidade de a razão ser fundamento para o conhecimento.

Enfim, o que Kant procurou afirmar é o fato de que o entendimento depende de regras e elas podem ser buscadas e sistematizadas. Elas, portanto, estabelecem os princípios de como se deve pensar. A partir desse aspecto, ele entendeu que o conhecimento pressupõe procedimentos organizados e sistematizados logicamente. Ora, se há regras lógicas para a construção do conhecimento, então também deve haver para o ensino, a educação. Vejamos no tópico a seguir como temas sobre a educação fora discutida no pensamento de Kant.

A EDUCAÇÃO E A DISCIPLINA NO CONTEXTO DA FILOSOFIA DE KANT

Com efeito, no texto *Notícias do prof. Immanuel Kant sobre a organização de suas preleções no semestre de inverno de 1765 -1766*, editado por Johann Jacob Kanter, Kant (1992) afirmou que se o progresso natural do conhecimento é tal que, primeiro, o entendimento se forma na medida em que chega pela experiência a juízos intuitivos e, por meio destes, a conceitos, que, em seguida, são colocados pela razão em relação a razões e as consequências deles, para serem discernidos, por meio da ciência num todo ordenado, o ensino também terá que seguir o mesmo caminho. Portanto, se há no conhecimento progresso ordenado e regrado, que começa na experiência e avança para juízos analíticos e conceituais, a educação também deve partir do mesmo pressuposto: avança da sensibilidade e da intuição para os conceitos.

O que Kant entende, a partir disso, é que educação e conhecimento apresentam cumplicidade ou dependência, porque ele concebe o homem como um ser pensante e às variadas formas para atuar no mundo como homem moral. Assim, é pela via do conhecimento que Kant propõe oferecer ao homem sua autonomia (política, moral, intelectual), condição possibilitada pela educação. Para tornar-se autônomo e agir no mundo com responsabilidade, a educação é uma condição imprescindível uma vez que Kant parte do pressuposto de que a humanidade amadurecida e feliz necessita que os seres humanos se empenhem em auto educar-se. Além disso, a educação, considerado como o maior desafio proposto aos homens, não pode avançar se uma geração não transmitir a outra aquilo que ela mesma aprendeu e aperfeiçoou.

A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação e esta, por sua vez, depende daqueles. Por isto, a educação não poderia dar um passo à frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual lhes acrescenta algo de seu e os transmite à geração que lhe segue (KANT, 2002, p. 20).

No livro *Sobre a Pedagogia*, Kant definiu o escopo da pedagogia e os caminhos pelos quais, por meio da educação, é possível formar uma pessoa civilizada e dotada de conhecimento. Entre os princípios centrais que definem a concepção educacional de Kant, constam o fato dele conceber que a espécie humana é a única que necessita ser

educada para ser considerada humana, pois, segundo Kant (2002), os animais não precisam ser cuidados, no máximo precisam ser alimentados, aquecidos, guiados e protegidos de algum modo. Diferentemente, a espécie humana é obrigada a extrair de si mesma, pouco a pouco, com suas forças, todas as qualidades naturais que pertencem à humanidade. Nesse caso, o homem não pode se tornar verdadeiramente homem senão pela educação, pois ele é aquilo que a educação dele faz. Mas, quais aspectos fazem parte desse processo?

Nas contribuições do pensamento educacional kantiano, consta o fato de que é imprescindível à espécie humana abandonar seu estado original, descrito como bruto ou selvagem. Esse abandono, como condição de formar a civilidade, é possibilitada pela disciplina, pois é ela a parte negativa (no sentido de retirar a violência) e, depois, incutir novos hábitos (parte positiva da educação). Kant entendeu que “a disciplina transforma a animalidade em humanidade” (KANT, 2002, p.12). Enquanto o animal é por seu próprio instinto o que deve ser, o homem, desprovido dessa condição, precisa formar por si mesmo o projeto de conduta. A disciplina é descrita por Kant (2002) como negativa porque retira do homem a animalidade e assegura que ele não desvie do seu destino, a vida moral. Ela tem caráter impeditivo porque submete as pessoas às leis da humanidade.

A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais. Ela deve, por exemplo, contê-lo, de modo que não se lance ao perigo como um animal feroz, ou como um estúpido. A disciplina, porém, é puramente negativa, porque é o tratamento através do qual se tira do homem a sua selvageria (...) A selvageria consiste na independência de qualquer lei. (KANT, 2002, p. 25).

De acordo com Nodari e Saugo (2011) pelo uso da disciplina tem-se a possibilidade de liberar a criança de suas tendências selvagens e de sua rudeza e, nesse caso, a existência de uma cultura moral implica na adoção de regras necessárias à conduta humana, ao respeito à lei e ao uso do pensamento. Para esses autores, Kant entendeu que se a disciplina for deixada de lado na infância, então uma das possíveis consequências é a de que será difícil mudar alguém na fase adulta. Caso o ser humano não seja submetido à disciplina desde sua infância, corre o risco de seguir seus caprichos pelo resto da vida, sendo-lhe difícil contornar tal dificuldade quando chegar à condição de adulto. Por isso, “Disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvageria” (KANT, 2002, p.25). A disciplina, portanto, tem caráter pedagógico porque restringe a ação humana segundo regras estabelecidas pela racionalidade (que busca um fim bom) e pela cultura pedagógica. Essa condição disciplinar é complementada pelo entendimento que Kant tem sobre a humanidade: para ele, é preciso que a pessoa se acostume e se submeta aos preceitos da razão para que consiga conviver civilizadamente. Há esse risco não somente entre aqueles indivíduos ditos comuns, como também entre os representantes da sociedade. Segundo Kant (2002) um erro comum, principalmente aos que ele considera *os grandes* (líderanças) reside no fato de que não se opõe às crianças nenhuma resistência porque estariam destinados a comandar.

Outro aspecto importante relacionado à disciplina, diz respeito ao entendimento kantiano de que a formação compreende a relação entre disciplina e a instrução. Para o filósofo, nenhum animal necessita da cultura, uma vez que nenhum deles aprende a partir de seus ascendentes, a não ser aquelas características instintivas de sobrevivência. Na escola, por sua vez, diferente da condição selvagem, há o empenho dos pais em

ensinar aos filhos o que aprenderam, o que sugere ser a educação uma ação permanente e transferível de uma geração a outra. Nesse caso, o homem não pode se tornar verdadeiramente humano (enquanto sujeito moral) senão pelo ato da educação, pois é ela que “faz” os indivíduos. E essa ação ocorre quando uma geração amadurecida transmite aos que ainda não têm autonomia e autogoverno o que aprendeu. A ausência de adequada instrução e cultura, segundo Kant, em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos.

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muitos ruins de seus educandos (KANT, 2002, p. 15).

Segundo Kant a “falta de disciplina é um mal pior do que a falta de cultura, já que esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina” (KANT, 2002, p.16). Assim, a ausência de disciplina inviabiliza qualquer projeto societário pautado por princípios civilizatórios, porque cultiva a selvageria como conduta. Esse comportamento não permitiria a prudência e o cuidado da moralidade, virtudes consideradas essenciais para o ser humano. Dessa maneira, a compreensão de um perfil de educando, o *gentil homem*, implica a defesa da disciplina, mas também de uma rigorosa cultura educativa. Essa perspectiva se deve pelo fato de que Kant considera que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação para que a humanidade alcance seu fim, a perfeição. Por cultura, ele entendeu a posse de habilidades, instrução e vários conhecimentos condizentes com os fins que almejamos.

A cultura abrange a instrução e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejamos. Ela, portanto, não determina por si mesma nenhum fim, mas deixa esse cuidado às circunstâncias (KANT, 2002, p.16).

A cultura promovida pelo aprimoramento das habilidades e conhecimentos, tanto nas escolas quanto pelo esforço individual, é condição essencial para a educação e a vida societária, mas não é a única a colaborar. Para Kant, vinculada e essas dimensões - disciplina e cultura – a educação deve contemplar dois outros aspectos fundamentais, a moral e a autonomia do pensamento. A respeito do moral, no livro *Sobre a pedagogia*, Kant informou que um dos princípios fundamentais da educação é o de cuidar da moralização. Para ele, não é suficiente que o homem seja capaz de toda sorte de fins, mas, principalmente que convenha a ele escolher sabiamente os bons fins. São bons fins “aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um”(KANT, 2002, p. 26).

Dessa maneira, Kant deixa transparecer o princípio de que a educação é um instrumento de construção de sujeitos éticos porque a razão deve produzir uma consciência moral, a qual pode ser realizada na vida prática. A partir desse pressuposto, é possível entender que um sujeito educado, segundo o que Kant entende, torna-se livre. Essa liberdade se deve pela capacidade de agir de acordo com os ordenamentos racionais, alcançados pela educação, formação crítica e autônoma do sujeito. Uma vez submetido às regras disciplinares (heteronomia) o sujeito teria condições de ser autônomo, o que implica tornar-se responsável pela boa ação. Mas, para isso, não basta ser ensinado e instruído, no sentido de treinamento. O que Kant sugere é algo mais específico e certo. Se a moral pressupõe a autonomia do pensamento, “não é

suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (KANT, 2002, p. 27).

O ensino da juventude não pode ser fundamentado, então, numa “ciência de empréstimo”, como Kant sugeriu nas suas *preleções no semestre de inverno de 1765-1766*, pois os conhecimentos estariam apenas *grudados* e não desenvolvidos. O que ele parece atacar no ensino de seu tempo, - e que se aplica também ao nosso - é uma educação que privilegia a repetição, o engessamento de ideias e a memorização. Esse modelo educacional é causa, segundo ele, “de não raro se encontrarem pessoas dotas (na verdade instruídas) que demonstram pouco entendimento, bem como a razão por que as academias põem no mundo mais cabeças desenxabidas do que qualquer outra instituição de coisa pública” (KANT, 1992, p.174). Não se trata, portanto, de ensinar pensamentos ou ideias, mas a pensar por conta própria, a caminhar por si mesmo.

No texto em que discuti sobre o *Esclarecimento*, fenômeno filosófico de seu tempo, *Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?*, Kant (2013) alega que o Esclarecimento – aquela capacidade de pensar por si só sem ser tutelado - é a saída do homem de sua menoridade (incapacidade de pensar e agir segundo as próprias convicções e uso da razão) da qual ele mesmo é culpado. Menoridade é entendida como a incapacidade de agir sob seu próprio entendimento, necessitando de uma ajuda moral ou institucional. O indivíduo é culpado por se encontrar na menoridade quando lhe falta coragem de usar o seu próprio entendimento. Se o indivíduo não for formado para pensar por si, usando livremente a racionalidade que dispõe, implica dizer, para o pensador alemão, que a educação falhou. Assim, a formação deve contemplar aspectos fundamentais na constituição de um indivíduo livre, as regras do entendimento, isto é, do conhecimento filosófico, indica que a produção do saber deve ser ordenada e sistematizada tanto quanto a educação das crianças. Para conhecer é preciso organizar as ideias e, para tal, cumpre à educação colaborar. A disciplina, por fim, também se torna indispensável porque constitui meio para retirar aqueles comportamentos que não colaboram na formação do sujeito moral, livre e capaz de usar a racionalidade para explicar e melhorar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo consistiu em fazer uma abordagem sobre o conhecimento e a educação no pensamento de um dos mais importantes filósofos iluministas, Immanuel Kant. O projeto filosófico desse pensador consta a preocupação com duas essenciais dimensões humanas, a do conhecer e a da educação. Essas dimensões se intercambiam na medida em que ele entendeu que o conhecimento deve avançar das naturezas mais simples para as mais complexas. Em outros termos, ele compreendeu que a sensibilidade (conhecimento empírico) enquanto primeira dimensão do saber, deve progredir para a grandezza da compreensão filosófica, racional. Essa instância do conhecimento possibilita a quem se dedica a essa atividade, a condição de ser autônomo, livre e de compreender o mundo em que vive. Mas não somente isso, como também a de ser construtor de uma sociedade harmônica e livre.

A condição de sujeito do conhecimento é, por sua vez, possibilitada e não dada, isto é, depende da vontade dos indivíduos e da ação educativa. Cabe à educação, a condição de aprimorar aquelas qualidades pertencentes ao gênero humano, como a inteligência, a arte, a moralidade e a civilidade. Nesse caso, com esta perspectiva, Kant considera que o homem não nasce nem bom e nem mau: apenas se torna sujeito moral quando aprende pela educação as leis da civilidade e dos deveres a que a sua própria racionalidade ordena. Nesse caso, o fim a que a educação está destinada a cumprir não

é o treinamento ou a decorar conteúdos, mas, sobretudo, o aperfeiçoamento da humanidade. Embora reconheça os limites e dificuldades para a realização dessa condição, Kant reconhece que o esforço é compensado porque uma boa educação é justamente a fonte de todo bem neste mundo. Para ele, por fim, o maior mal consiste em não submeter a natureza humana a normas e princípios disciplinares que permitem tanto o conhecimento quanto um caráter humano civilizado.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- BRÉHIER, E. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1997.
- DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*: Lisboa: Edições 70, 2017.
- GIROTTI, Marcio Tadeu. *Ilusão transcendental e seu papel positivo no processo de conhecimento: um paradoxo da razão?* São Carlos: Anais do Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, 2015, p. 235-244. In. <http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/04/Marcio-Tadeu-Girotti.pdf>. Acesso em 01/04/2019.
- JÚNIOR, Elias de Souza. *Educação e moral no pensamento de Kant*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005, Dissertação de mestrado, p. 1-109. Acesso: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Elias_Junior.pdf. Acesso em 03/04/2019
- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: que é esclarecimento?* In. KANT, Immanuel. Immanuel. Kant: textos seletos. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 63-71.
- KANT, Immanuel. *Notícias do prof. Immanuel Kant sobre a organização de suas preleções no semestre de inverno de 1765 -1766*. In. KANT, I. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, p. 169-181.
- KANT, Immanuel. *Sobre a Pedagogia*. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 2002.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 3 ed. Lisboa: Caluste Gulbenkian, 1994.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 2. ed. Traduzido do original alemão por Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburguer. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- NODARI, Paulo César; Saugo, Fernando. *Esclarecimento, educação e autonomia em Kant*. Caxias do Sul: Conjectura, v. 16, n.1, jan./abr.2011, p. 133-167. In. <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/892/615> Acesso em 10/03/2019.

NOTAS

- 1 De acordo com Paulo César Nodari e Fernando Saugo (2011) o Iluminismo foi um movimento intelectual ocorrido na Europa, no século XVIII, que é marcado pelo paradigma da subjetividade e pela busca do esclarecimento. Ele foi um projeto de emancipação do ser humano de todo tipo de tutela, por isso acredita que as pessoas deviam libertar-se do pensamento dominante provindo da tradição tanto com relação às crenças religiosas, como também com relação aos déspotas da época.